



**ANA CAROLINA GAMA GOUVEIA**

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL-DISCURSIVA DE MULHERES  
INSERIDAS NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO**

**LAVRAS – MG  
2021**

**ANA CAROLINA GAMA GOUVEIA**

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL-DISCURSIVA DE MULHERES INSERIDAS NO  
CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Lavras, como parte  
das exigências do curso de Letras  
Português/Inglês e suas Licenciaturas, para  
obtenção do título de Licenciado.

Profa. Dra. Márcia Fonseca de Amorim  
Orientadora

**LAVRAS – MG  
2021**

**ANA CAROLINA GAMA GOUVEIA**

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL-DISCURSIVA DE MULHERES INSERIDAS NO  
CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO**

**THE SOCIAL-DISCURSIVE CONSTRUCTION OF WOMEN IN THE BRAZILIAN  
POLITICAL SCENARIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Lavras, como parte  
das exigências do curso de Letras  
Português/Inglês e suas Licenciaturas, para  
obtenção do título de Licenciado.

APROVADA em: 05/11/2021.

Profa. Dra. Márcia Fonseca de Amorim – UFLA

Profa. Dra. Helena Maria Ferreira – UFLA

Profa. Camila da Silva Gomes – UFSJ

Profa. Dra. Márcia Fonseca de Amorim  
Orientadora

**LAVRAS – MG  
2021**

*Ao meu avô e anjo da guarda, Auzelino.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à professora doutora Márcia Fonseca de Amorim por aceitar me orientar e pelo carinho e paciência durante todo o processo.

À minha banca composta pela professora Helena Maria Ferreira, pela professora Camila da Silva Gomes e pela professora Mauriceia Silva de Paula Vieira pela leitura atenta do presente trabalho e por aceitarem fazer parte desse momento, além do carinho destinado a ele.

À Universidade Federal de Lavras e ao Departamento de Estudos da Linguagem pelos aprendizados aqui construídos.

Aos meus pais, Claudia e Meco, por sempre me proporcionarem uma educação de qualidade e não economizarem no amor dado a mim todos esses anos.

À minha irmã Ana Luiza por ser minha primeira melhor amiga e estar presente nos momentos importantes antes e durante minha graduação.

Às minhas tias, meus primos, minha madrinha Eliza e meus irmãos por serem minha rede de apoio ao longo desses anos e sempre me ampararem em momentos difíceis.

Aos meus amigos de Itajubá que sempre estiveram ao meu lado e cresceram junto comigo, aos amigos da faculdade que me proporcionaram experiências maravilhosas e, não obstante, à República Mulherama, que me ensinou muito sobre irmandade e me permitiu maior evolução durante esses cinco anos.

Em especial, gostaria de agradecer à minha amiga Amanda Leal, por ser meu grande apoio durante os momentos difíceis desde meu primeiro dia na cidade de Lavras e por ressignificar a palavra companheirismo.

Por fim, gostaria de agradecer a Deus por me dar forças para finalizar este ciclo.

*“Quer ser livre é também querer livres os outros.” (Simone de Beauvoir)*

## RESUMO

Com o intuito de entender o tratamento dado às mulheres que ocupam cargos políticos no Brasil, este trabalho propõe analisar produções textuais que circulam em mídias sociais buscando, por meio dos pressupostos teóricos da análise do discurso, trazer reflexões fundamentais para compreender os espaços negados à população feminina atualmente e como essa trajetória ocorre. Um dos pontos centrais dos estudos do discurso diz respeito à relação entre sujeito, história e ideologia. Buscando ampliar as reflexões e as discussões propostas neste estudo, elegeu-se a Análise do Discurso de linha materialista (pecheutiana) como referencial teórico devido ao fato de essa perspectiva ter se mostrado como um pilar importante para embasar gestos de leitura sobre diferentes práticas sociais. Para analisar o corpus deste trabalho, que consiste em notícias, imagens e comentários feitos em redes sociais e em outros portais, a pesquisa encontra-se embasada nos estudos sobre loucura e histeria propostos por Michel Foucault (1972, 1999), nos estudos de Beauvoir (1980) sobre a construção social da mulher, nos estudos de Naomi Wolf sobre o mito da beleza e elementos da Análise do Discurso (AD) francesa a partir dos estudos de Pêcheux (2014, 2015) e Orlandi (2007, 2009, 2017). Ademais, outros autores são de suma importância para trabalhar conceitos relevantes relacionados à representação social da mulher na sociedade, construída por si mesma e pelo outro, e quais são as consequências desse processo. Portanto, trata-se de uma proposta de estudo linguístico/discursiva que investiga os discursos disseminados em diferentes práticas sociais em torno da mulher. As análises mostraram que ainda há na sociedade brasileira uma (re)produção do discurso patriarcal e que os obstáculos a serem superados pelas mulheres na trajetória política são desiguais quando se comparam com o tratamento social dado aos homens.

**Palavras chave:** Análise do Discurso. Loucura. Construção Social-Discursiva Feminina. Política.

## ABSTRACT

In order to understand the treatment of women who occupy political positions in Brazil, this paper analyzes textual productions circulating on social media and seeks, through the theoretical assumptions of discourse analysis, to unearth how spaces are denied to the female population currently and how this journey happens. One of the central pillars of discourse studies concerns the relationship between subject, history, and ideology. To broaden the reflections and discussions proposed in this study, the Discourse Analysis of a materialist (pecheutian) line was chosen as a theoretical framework. This perspective has shown itself to be an important tool in interpreting the gestures of different social practices. To analyze this body of work--which consists of news, images, and comments made on social networks and other portals--this research applies Michel Foucault's (1972, 1999) studies of madness and hysteria, Simone de Beauvoir's (1980) studies of the social construction of women, Naomi Wolf's (1992) myth of beauty and the elements of French Discourse Analysis (DA) with Pêcheux's (2014, 2015) studies and Orlandi's (2007, 2009, 2017) studies. Furthermore, there are other authors of paramount importance who work on relevant concepts related to the role of women in society, how that role was built, and the consequences of this process. Therefore, this is a proposal for a linguistic/discursive study that researches the discussions disseminated via different social practices around women. The analyzes shows that there is still a (re)production of the patriarchal discourse in Brazilian society and that the obstacles to be overcome by women in the political trajectory are unequal when compared to the social treatment given to men.

**Keywords:** Discourse Analysis. Madness. Female Social-Discursive Construction. Politics.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa da revista IstoÉ na edição de 1º de abril de 2016. ....	31
Figura 2 - Imagem da ex-presidente Dilma Rousseff como adesivo de carro.....	34
Figura 3 - Meme feito com Michel Temer e sua esposa, Marcela Temer. ....	36
Figura 4 - Comentário sobre Janaína Paschoal no Twitter.....	38
Figura 5 - Tweet do apresentador Danilo Gentili sobre Sâmia Bomfim. ....	39
Figura 6 - Roger Rocha Moreira fala sobre a resposta de Danillo Gentili ao processo movido contra ele por Sâmia Bomfim. ....	40
Figura 7 - Comentário 1. ....	41
Figura 8 - Comentário 2. ....	42
Figura 9 - Pichação sobre a pintura do rosto de Marielle Franco em Minas Gerais.....	43
Figura 10 - Comentário sobre Manuela D'Ávila. ....	44

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>ANÁLISE MATERIALISTA DO DISCURSO .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>Discurso e memória .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2</b>	<b>Sujeito, sentido e ideologia .....</b>	<b>14</b>
<b>2.3</b>	<b>As formas do silêncio e seus sentidos .....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>DISCURSO, LOUCURA E HISTERIA .....</b>	<b>18</b>
<b>4</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO DE MULHER NA SOCIEDADE .....</b>	<b>21</b>
<b>4.1</b>	<b>A trajetória feminina na política brasileira .....</b>	<b>27</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>30</b>
<b>6</b>	<b>A MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA .....</b>	<b>31</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>46</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso se constitui como uma base epistemológica que possibilita a compreensão e interpretação dos discursos que constituem o nosso cotidiano e que, ancorados em uma memória discursiva, se disseminam ideologicamente no interior da sociedade. Orlandi (2017, p. 15) postula que a análise do discurso proposta por Michel Pêcheux se define como:

uma reflexão de entremeio, entre a sociolinguística, a linguística, a pragmática e a teoria da enunciação, conservando, em torno do corte saussuriano a possibilidade de pensar a singularidade do sujeito na língua assim como a articulação entre língua e ideologia (e inconsciente) abordando os pontos decisivos do materialismo histórico: a questão do Estado, da prática política e da psicanálise.

Ancorado nesse mecanismo oferecido pelos estudos do discurso e das relações sociais, neste trabalho, desenvolveu-se uma análise sobre os olhares sociais postos sobre as mulheres na política brasileira e como elas se constroem dentro desse espaço. As mulheres, até hoje, percorrem caminhos repletos de obstáculos para conquistar um espaço na sociedade. E, mesmo que as conquistas sejam substanciais para garantir condições dignas para elas, ainda há muito a ser conquistado para que haja igualdade entre os gêneros.

Desde a infância, a mulher batalha para que seu reconhecimento social seja não apenas no âmbito da aparência, mas que envolva aspectos como sua inteligência, sua coragem e sua determinação (BEAUVOIR, 1980). Logo, enquanto se é negada uma educação que permite a ela se enxergar como um ser humano forte, para os homens, esse processo é totalmente diferente, pois durante seu crescimento e processo educacional, o sexo masculino conta com maior incentivo para realizar sonhos e construir sua trajetória de vida.

Ademais, quando essas mulheres se tornam adultas, a insegurança e a falta de oportunidade não permitem que muitas se encaixem em profissões que por muitos anos foram designadas ao gênero masculino.

Assim, na política, vê-se o grande percurso que foi, primeiramente, a conquista do direito ao voto por meio do movimento de sufrágio feminino que teve início na França e, posteriormente, se manifestou no Brasil. E, logo após a conquista do voto, percebe-se a dificuldade para inserir a mulher também nos espaços políticos como profissionais capazes de exercerem mandatos de qualidade nas instâncias municipais, estaduais e nacionais. Como afirma Marques (2018, p. 126).

As restrições ao exercício do voto pelas mulheres foram variadas. Em alguns lugares, as mulheres eram impedidas de votar em qualquer eleição, seja no âmbito municipal, seja no âmbito nacional. Em muitos, foram impedidas de se candidatarem a cargos eletivos – especialmente ao Legislativo – ou a cargos executivos até recentemente. A história da franquia do voto às mulheres registra igualmente restrições de fundamento religioso e racial. Comumente, a concessão do voto alcançou apenas mulheres solteiras antes de mulheres casadas serem admitidas ao conjunto dos eleitores. Menos conhecidas são as restrições que aconteciam, e ainda acontecem, nos procedimentos de registro eleitoral, como exigências exageradas de prova de renda, de escolaridade, de emprego. Essas medidas tornam difícil a vida do eleitor, seja homem ou mulher. Derrubar, uma a uma, essas barreiras requereu o esforço de muitos ativistas políticos, em mais de uma geração.

Como reflexo desse processo recente, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres representaram 13,4% das candidaturas em 2020. Ao encarar esse número, é preciso refletir sobre a grande dificuldade de aceitação provocada pela memória social do machismo e do patriarcado presente na sociedade brasileira.

Por conseguinte, ancorado nos pressupostos teóricos da análise do discurso de linha materialista, este trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre a construção social-discursiva da mulher no espaço político brasileiro. Para tanto, são analisados elementos de diferentes gêneros textuais como imagens, memes, capas de revista e comentários em redes sociais, que buscam expor esse olhar social problemático para com a mulher no Brasil por meio dos enunciados propostos por mídias brasileiras e sujeitos inseridos nessa estrutura patriarcal.

Para atender a esse objetivo, a estrutura desta pesquisa conta com esta parte introdutória, uma seção teórica sobre análise do discurso materialista, uma seção sobre a loucura e a histeria, uma seção sobre a mulher na sociedade, a metodologia, a análise do *corpus* e as considerações finais.

## 2 ANÁLISE MATERIALISTA DO DISCURSO

A análise materialista do discurso de vertente francesa, proposta por Michel Pêcheux na década de 60, foi escolhida como base do referencial teórico neste trabalho. Por conseguinte, conceitos como discurso, condição de produção, memória, silêncio, produção de sentidos, sujeito e ideologia serão utilizados para embasar a discussão proposta.

A proposta inicialmente desenvolvida por Pêcheux visava “fornecer às ciências sociais um instrumento científico de que elas tinham necessidade, um instrumento que seria em contrapartida de uma abertura teórica em seu campo” (GADET; HAK, 1997, p. 15). Assim, percebeu-se a necessidade de sistematizar os estudos do discurso, uma vez que as ciências sociais não possuíam uma vertente que analisasse a linguagem de maneira a envolver o materialismo histórico, tão valorizado por Pêcheux, que se recusava a ver a linguagem apenas como um instrumento para a comunicação (GADET; HAK, 1997). De acordo com Pêcheux (2015, p. 8), a Análise do Discurso:

se apresenta com efeito como uma forma de conhecimento que se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre sua teoria e sua prática de análise. E isto compreendendo-se o entremeio seja no campo das disciplinas, no da desconstrução, ou mais precisamente no contato do histórico com o linguístico, que constitui a materialidade específica do discurso.

Assim, para que se possa desenvolver o caráter científico dos estudos da língua, tem-se o processo de construção do objeto que, como discutido por Gadet e Hak (1997) sobre a obra de Pêcheux, se caracteriza como aquilo que se constrói na medida que rompe com outros processos ideológicos e se constitui durante o “trabalho de elaboração teórico-conceitual que subverte o discurso ideológico com que esta ciência rompe” (p. 17). Ademais, os processos que a ciência envolve na criação de seu objeto permitem essa adequação do discurso teórico ideológico no instrumento, definindo a prática na ciência.

E, sobre a concepção de instrumento, Pêcheux irá dizer que, dependendo da área, os instrumentos da análise podem mudar (GADET; HAK, 1997). Por consequência, quando se trata de linguística aplicada aos estudos da linguagem, há uma crítica relacionada à tradicionalidade. Para Pêcheux, é necessário criar um instrumento científico que se contraponha às filosofias tradicionais.

A crítica feita por Pêcheux sobre a utilização de instrumentos nas ciências sociais é um ponto crucial. Se ele concebeu sua análise automática do discurso

como um instrumento, este não era de nenhum modo análogo aos que ele via utilizados nas ciências sociais- Mas ele não se limitava a recusar esta utilização (empírica) dos instrumentos; ele procurou depreender aquilo que tornou possível esta utilização, e que fez com que ela se tornasse dominante no campo preenchido pelas ciências sociais. (GADET; HAK, 1997, p. 20)

Ao contestar as posições ideológicas por meio da ciência, a análise do discurso materialista proposta por Pêcheux permite os estudos dos efeitos de sentidos promovidos pelo discurso no âmbito social. Assim, é importante ressaltar que as ciências sociais existem de modo a compreender como os processos ideológicos interferem nas relações sociais envolvidas, também, com a prática política.

Logo, para entender como funcionam os processos da análise de um discurso, busca-se neste trabalho elencar algumas categorias importantes para compreender as variáveis envolvidas nesta análise.

## **2.1 Discurso e memória**

Como desenvolvido anteriormente, sabe-se que o instrumento das ciências sociais está estritamente ligado com as práticas políticas envolvidas na historicidade da nossa sociedade. Assim, para iniciar o processo de definição do discurso como estrutura ou como acontecimento, compreende-se que a AD procura estudar esta relação da língua com o ser social e, ao desenvolver essa proposta, vai além de considerar a língua como um objeto abstrato, uma vez que os processos do discurso envolvem a articulação da linguística e as ciências sociais. Como pontua Orlandi (2009, p. 16), “a Análise de Discurso critica a prática das Ciências Sociais e da Linguísticas, refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua”.

Para entender a construção do discurso como estrutura, compreende-se que as áreas da linguística e da gramática permitem que a análise do discurso se utilize da língua para estudar os processos sociais ideológicos. A materialidade do discurso é a língua e a materialidade da ideologia é o discurso (ORLANDI, 2009) – essa relação é de suma importância para que a AD possa ser concretizada como instrumento científico.

Pêcheux (2015), além de tratar o discurso como estrutura, o trata, também, como acontecimento, uma vez que a AD trabalha na (des)construção de seu objeto de investigação. E, portanto, os processos ideológicos e as condições de produção envolvidas na existência de um determinado discurso o significam. Ademais, Pêcheux (2015) questiona se os

procedimentos analíticos envolvem a relação da análise como descrição e como interpretação. E é nesse questionamento que se compreende a interpretação, tendo em vista o fato de que o discurso está para além do dizer e que as condições de produção desse dizer estão estritamente relacionadas ao caráter do discurso como acontecimento e constroem uma dependência com a materialidade histórica desse discurso.

Orlandi (2009) define as condições de produção como a compreensão acerca dos sujeitos e da situação, possibilitando entender os efeitos de sentidos provocados e as memórias discursivas e sociais evocadas por esse discurso. No fio do discurso por uma dada condição de produção, o discurso vai necessitar de outras relações de sentido e elementos de análise para compreender sua (re)produção.

A memória se constrói então como uma das características fundamentais da Análise do Discurso. Achard (2015, p. 17) afirma que “a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações da paráfrase”. Entende-se por paráfrase o movimento que a língua faz para se ressignificar, e assim como dito por Orlandi (2009, p. 36), os movimentos parafrásticos “são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”.

Achard (2015) situa a memória no espaço entre o histórico e o linguístico, uma vez que seu caráter de implícito permite esse jogo entre o ator social e o que ele exerce sobre os discursos que o circula. Logo, “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação” (ACHARD, 2015, p. 17).

Portanto, o discurso nunca será original, ele será sempre (re)produzido em diferentes instâncias que permitam que o dizível seja perceptível. Essa reprodução irá depender de novas condições de produção, o que mostra a perpetuação desse discurso, sua capacidade de transformação e as maneiras as quais ele se manifesta. “As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2009, p. 43).

Dando continuidade ao estudo das categorias da Análise do Discurso que contribuem para a reflexão proposta aqui, no próximo tópico serão abordados os seguintes conceitos: sujeito sentido e ideologia.

## **2.2 Sujeito, sentido e ideologia**

A posição ocupada pelos sujeitos que se inserem no processo de existência de um discurso interfere nas relações de sentido e na construção ideológica e, por isso, é necessária

uma discussão sobre a importância do sujeito, do sentido e da ideologia para a análise desse discurso.

Orlandi (2017) explica que o discurso é um elemento da materialidade ideológica e as formações ideológicas comportam formações discursivas interligadas que determinam o que será dito em determinada conjuntura por determinada posição. E essa posição é determinada pelo sujeito, que se define como porta voz do discurso e, ao mesmo tempo, assujeitados a esse discurso e servo das formações discursivas.

De acordo com Orlandi (2009), ao mesmo tempo que o sujeito é livre, ele é submisso, pois mesmo que esse sujeito se sinta dono e responsável por aquilo que diz, ele também é assujeitado à ideologia e à materialidade histórica. E esse assujeitamento faz com que o discurso se apresente então como um reflexo da realidade a qual esse sujeito está inserido, fazendo do sujeito instrumento do discurso.

Cada sujeito será o enunciador de uma parte de um todo, um discurso (ORLANDI, 2017), e é preciso, então, entender os processos ideológicos que envolvem esse sujeito para, depois, entender sobre a importância das relações de sentido na construção do enunciado, o que é definido por Achard (2015, p. 17) como “operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso”.

Pêcheux, nos primórdios da Análise do Discurso, afirma que a ideologia é um processo de dupla-face.

1. Do lado do processo de produção, a ideologia é, escreve Pêcheux, um processo graças ao qual conceitos técnicos operatórios, tendo sua função primitiva no processo de trabalho, são destacados de sua sequência operatória e recombinaos em um processo original.
2. Do lado das relações sociais, a ideologia é um processo que produz e mantém as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção em uma sociedade dividida em classes, e acima de tudo, a divisão fundamental entre trabalhadores e não trabalhadores. Neste caso, a ideologia tem como função fazer com que os agentes da produção reconheçam seu lugar nestas relações de produção. (GADET; HAK, 1997, p. 23-24):

Assim, ao ressignificar ideologia no âmbito da análise do discurso que perpassa o sujeito e faz com que ele se reconheça em determinada posição, Pêcheux (2014) afirma que todo e qualquer processo discursivo vai se inscrever numa relação ideológica de classes. E, segundo o autor, é papel da ideologia, portanto, “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2009, p. 46).

Como dito anteriormente, o sujeito é servo do discurso e esse discurso é a materialidade da ideologia. Logo, ela se manifesta no sujeito, por meio dos dizeres que profere, sendo uma função necessária entre a linguagem e o mundo (ORLANDI, 2009). Assim, se faz necessário entender o que são essas relações de sentido que envolvem o sujeito e a ideologia.

Toda formação discursiva carrega em si a produção de sentidos que são determinados, portanto, pela posição ideológica desse sujeito. A produção de sentidos é parte do processo para refletir e interpretar um dado discurso e a sua relação com o simbólico, ou seja, “a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido” (ORLANDI, 2017, p. 45).

Sendo a língua a materialidade do discurso, o sentido existe como aquilo que determina a relação do sujeito com a história e, como todo discurso se relaciona com outro discurso, os sentidos nascem dessa junção (ORLANDI, 2009). Como o discurso não possui início e fim, entende-se que as relações de sentido são infinitas e elas se dão baseadas na localização do sujeito que o dissemina na história. O processo ideológico encontra-se atrelado a esse sujeito.

Portanto, não há sujeito sem ideologia e, tão pouco, ideologia sem sujeito. Para que as formações discursivas existam, é necessário compreender as produções de sentido que existem por conta do contato desse sujeito com as formações ideológicas. Pois, como afirma Orlandi (2009, p. 43): “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjunção sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”.

Orlandi (2007) trata das relações discursivas focadas no silêncio e nos sentidos que ele promove em situações específicas de interação. A abordagem proposta pela autora será tratada no próximo tópico, tendo em vista que as diferentes práticas que envolvem a vida social promovem ações que silenciam e ou interdita dizeres, principalmente quando estes dizeres são proferidos por mulheres no âmbito político.

### **2.3 As formas do silêncio e seus sentidos**

Orlandi (2007) elucida que há silêncio nas palavras e que a produção de sentidos nesse silêncio amplia a dimensão daquilo que não foi dito. O silêncio, dependendo das condições de produção as quais está inserido, possui diferentes formas de significar, caminhando da opressão até a retórica do oprimido.

Quando se diz que o discurso está para além do dizer, institui-se que há uma relação daquilo que foi dito com o não dito e, portanto, “o posto (o dito) traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito mas presente)” (ORLANDI, 2007, p. 82). Logo, o silêncio, no

interior da Análise do Discurso, representa o espaço de sentidos na linguagem e se constitui como parte desta para contribuir com o seu funcionamento.

Ademais, o silenciamento, que está inserido nas mutações do silêncio, provoca a discussão sobre a questão de se “tomar” a palavra ou “tirar” a palavra, além de se obrigar a dizer ou a se calar alguém (ORLANDI, 2007). E, como a ciência social está atrelada à política, sabe-se que o silenciamento se constrói como uma ferramenta de repressão, pois permite que alguns discursos sejam calados – aquele que oprime cala o opressor.

Outro aspecto relevante às características do silenciamento estão relacionadas à política do silêncio e sua construção como “fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p. 73). Logo, esse apagamento se faz presente uma vez que há esse impedimento de construções de sentido dentro desse aspecto hierarquizado dentro do discurso, o que volta às discussões sobre aquele que oprime e aquele que cala.

Portanto, o silêncio é fundante (ORLANDI, 2007) e os sujeitos estão condenados a (re)significar e a (re)produzir enunciados, estimulando a produção de sentidos. Então, é importante ressaltar as relações estabelecidas com os pressupostos teóricos da AD trazidos anteriormente neste trabalho, pois percebe-se como as condições de produção de um dizer dependem daquele que produz um discurso e das relações de assujeitamento a ele por uma determinada formação ideológica que, por conseguinte, produzem sentidos naquilo que foi dito e, também, naquilo que não foi dito, mas que se encontra situado nas entranhas do dizer (implícito).

E, ao esclarecer os tópicos necessários para a análise que será realizada posteriormente neste trabalho, em seguida serão apresentadas reflexões feitas por Michel Foucault acerca da exclusão e interdição do discurso, além de questões relevantes relacionadas à loucura.

### 3 DISCURSO, LOUCURA E HISTERIA

Mesmo não sendo definido como analista do discurso, Michel Foucault também propõe reflexões importantes sobre o aspecto de exclusão e interdição do discurso. Em sua obra, *Ordem do Discurso* (1999), o autor chama a atenção para o que há de perigoso na proliferação do discurso e, também, aquilo que há de inquietante neste e inquietante diante da materialidade discursiva.

Ao analisar como os discursos são disseminados, Foucault afirma que a sexualidade e a política se constituem como os dois pilares sociais de disseminação do discurso. O político e o sexual, ao se manifestarem, evocam questões voltadas para o desejo e o poder. Ademais, como mencionado em relação à política e à sexualidade, o discurso sexual que por essência manifesta esse desejo se define como o primeiro aspecto do sistema de exclusão do discurso, pois “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa” (FOUCAULT, 1999, p. 9). Assim, compreende-se a existência de um tabu quanto a discursos relacionados a aspectos da sociedade que, por muito tempo, foram considerados “indizíveis”.

O segundo aspecto no tocante aos princípios de exclusão incluem a vontade de verdade, que engloba a vontade de saber, uma vez que Foucault aborda essa necessidade de entender a oposição entre o discurso verdadeiro e o discurso falso. Portanto, essa vontade de saber se constitui como um processo de exclusão, pois ela sente a necessidade de ir contra tudo aquilo que vai contra a própria verdade. Isso se relaciona com a palavra proibida no primeiro princípio porque, como pontuado por Foucault (1999, p. 20):

O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e liberta do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la.

Logo, no tocante à razão e à loucura, a *Ordem do Discurso* aponta, o que posteriormente neste trabalho será evidenciado pela *História da Loucura* (1972), que há uma oposição entre seus significados. E, ao classificar essa oposição como o terceiro princípio da exclusão, vê-se o mecanismo do silenciamento sendo iniciado, desenvolvendo também uma interdependência entre razão e loucura, uma vez que sem a loucura não há razão e vice-versa. Foucault (1999, p.10) afirma que “louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros” e, portanto, é retirada a legitimidade desse sujeito por meio de seu próprio discurso, a fim de que esse sujeito seja considerado louco pela sociedade.

Apoiando-se nesses conceitos, Foucault, durante sua jornada nos estudos sobre a loucura, aborda a questão da histeria e de como ela se constituiu ao longo dos séculos e de como é evidenciada. De início, há a indagação sobre até que ponto a histeria pode ser tratada como um problema mental e de como ela se programa dentro do espectro da loucura, uma vez que, ao ser recebida como uma convulsão histérica, ela se define como um problema de saúde em conjunto com a hipocondria. Ambas são postas ora como “constituição morbífica dos espíritos” ora como “disposição para sair de seus reservatórios e consumir-se” (FOUCAULT, 1972, p. 308).

Aqui surgem, então, as consequências do sistema criado durante a idade média e clássica que julga a loucura não apenas pelo caráter médico, mas envolve temas como religião, pobreza, crime, doença física, desenvolvendo uma linha de pensamento que engloba loucura como tudo aquilo que não é permitido na sociedade, o qual o louco é o “Outro” e aquilo que não pertence à razão também não pertence ao meio social. De acordo com Foucault (1972), na Idade Média, a loucura englobava o vício e sabe-se que as casas de internação criadas para controlar primeiramente doenças venéreas passaram a incluir camadas sociais baixas e todos aqueles que se opunham ao “normal”. Além do mais, a igreja teve um papel importante ao contribuir para a manutenção desses espaços, utilizando-se da religião para comandar hospícios e utilizando-se de castigos físicos e psicológicos para justificar as intenções de redenção aos olhos de Cristo.

Nesse sistema, em conjunto com esse grupo tratado como “Outro”, entram também as mulheres. Assim, percebe-se que à medida que a histeria começa a ser tratada como uma doença do espírito, ela passa a ser atrelada à figura feminina, dando a entender que a mulher é a manifestante principal da doença do espírito. Foucault (1972, p. 309) cita um trecho dos estudos de Willis (1681) que trata da paixão e da histeria como doenças relacionadas às mulheres:

Entre as doenças das mulheres, a paixão histérica goza de tão mau renome que, à maneira dos semi-damnati, ela tem de carregar os erros de inúmeras outras afecções; se uma doença de natureza desconhecida e de origem oculta se produz numa mulher de tal modo que sua causa foge ao conhecimento e a indicação terapêutica é incerta, logo acusamos a má influência do útero que, na maior parte do tempo, não é responsável, e a respeito de um sintoma não habitual declaramos que ele oculta algo de histérico, e aquilo que tantas vezes foi o subterfúgio de tanta ignorância consideramos como objeto de nossos cuidados e nossos remédios.

Ao atribuir à histeria a má influência do útero, nota-se a construção de uma estereotípia da loucura feminina constituída a partir de uma verdade médica. Essa necessidade de se validar as afirmações por meio da ciência provoca, até hoje, consequências evidentes no que diz

respeito ao lugar da mulher na sociedade e ao julgamento que recai sobre ela. A esse respeito, Foucault (1972, p. 310) afirma que:

Muito frequentemente, a histeria foi entendida como o efeito de um calor interno que espalha através do corpo uma efervescência, uma ebulição ininterruptamente manifestada por convulsões e espasmos. Esse calor não será parente do ardor amoroso ao qual a histeria é tão frequentemente associada, nas moças à procura de marido e nas jovens viúvas que perderam o seu? A histeria é ardorosa por natureza; seus signos remetem muito mais facilmente a uma imagem do que a uma doença; esta imagem foi esboçada por Jacques Ferrand no começo do século XVII, com toda sua exatidão material. Em sua *Maladie d'amour ou mélancolie érotique*, ele se compraz no reconhecimento de que as mulheres se veem mais frequentemente desvairadas pelo amor do que os homens; mas com que arte sabem dissimulá-lo!

Percebe-se aqui os efeitos que o controle do discurso tem sobre si mesmo, uma vez que essa definição validada pela ciência mostra a dimensão a qual o poder se instaura no modo como esse discurso é disseminado. Foucault (1999) diz que os procedimentos de controle do discurso machista, validados pela ciência na Idade Média, situaram a histeria como uma doença relativa às mulheres. Nesse caso, a medicina utiliza-se de seu discurso científico para pronunciar uma verdade que é de suma importância para a sociedade.

O peso que essa definição relacionada à histeria e à mulher possui hoje abre espaço para as próximas discussões que serão realizadas sobre a existência da mulher e os processos que determinam seu lugar no mundo e sua constituição como sujeito para aquilo que não é o homem, mas sim o “Outro”. O lugar da mulher encontra-se definido desde seu nascimento – sua existência é construída por um universo social essencialmente masculino que visa o poder sobre o corpo feminino e, por conseguinte, o controle sobre a sua história.

#### 4 A CONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO DE MULHER NA SOCIEDADE

Para iniciar a discussão sobre o papel da mulher na sociedade, primeiro deve-se tratar da representação atribuída à mulher e ao homem nas diferentes instâncias sociais. Simone de Beauvoir, nas obras *O Segundo Sexo Volume I e II*, aborda esse lugar do “Outro” que a mulher constrói para si desde o início de sua existência. Essa discussão visa traçar uma linha entre a infância e a idade adulta e o desencorajamento relacionado ao sexo feminino em comparação ao sexo masculino por meio de reflexões que perpassam os campos da psicologia, da biologia e da história.

Ao tratar, primeiramente, da biologia, a autora indaga que lugar é esse que a fêmea representa no mundo animal e, mesmo constatando essa divisão dos sexos, a biologia não sustenta outros aspectos relevantes para a discussão entre a diferença de ambos. Os estudos da filosofia citados pela autora constroem a mulher como um ser “ocasional” (1980a). Nessa perspectiva, para que haja a aproximação entre os sexos, é necessária a diferenciação de gênero para dar um caráter de complementação entre ambos.

Em seus estudos sobre os gêneros, Beauvoir constata que o gênero feminino é posto em funções passivas enquanto o gênero masculino é considerado um gênero ativo. Um exemplo disso é quando estudiosos da biologia consideram o óvulo da mulher um elemento passivo que recebe a agilidade do espermatozoide masculino, mostrando como a diferença dos sexos já se inicia nos processos de fecundação. Não considerar que ambos os gêneros têm um papel importante durante esse movimento mostra essa subjugação da mulher em relação ao sexo masculino já no início dos estudos sobre os corpos que entra também em questões sociais, estruturais e psicológicas. Como afirma a autora (BEAUVOIR, 1980a, p. 29-30):

Aristóteles imagina que o feto é produzido pelo encontro do esperma com o mênstruo; nessa simbiose a mulher fornece apenas uma matéria passiva, sendo o princípio masculino, força, atividade, movimento, vida. E essa também a doutrina de Hipócrates que reconhece duas espécies de sêmens: um fraco ou feminino e outro forte, masculino.

A autora também questiona a posição assumida por Hegel sobre as relações de gênero, pois, segundo o filósofo, “os dois sexos devem ser diferentes: um será ativo e o outro passivo” (BEAUVOIR, 1980a, p. 30). É nessa divisão dos sexos que, no processo de fecundação e depois de dar à luz, a mãe desenvolve relações mais estreitas com sua cria e o pai, conseqüentemente, se afasta dela. “Todo o organismo da fêmea se adapta a essa servidão da

maternidade e por esta é comandado, ao passo que a iniciativa sexual é apanágio do macho.” (BEAUVOIR, 1980a, p. 41).

Esses dados biológicos são de extrema importância: desempenham na história da mulher um papel de primeiro plano, são um elemento essencial de sua situação. Em todas as nossas descrições ulteriores, teremos que nos referir a eles. Pois, sendo o corpo o instrumento de nosso domínio do mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente segundo seja apreendido de uma maneira ou de outra. Eis por que os estudamos tão demoradamente; são chaves que permitem compreender a mulher. Mas o que recusamos é a ideia de que constituem um destino imutável para ela. Não bastam para definir uma hierarquia dos sexos; não explicam por que a mulher é o Outro; não a condenam a conservar para sempre essa condição subordinada. (BEAUVOIR, 1980a, p. 52-53)

E aqui inicia-se a discussão sobre a constituição da mulher como o “Outro”, não como se ela fosse a oposição do que é masculino, mas aquilo que é apagado diante dele. Apenas os dados biológicos não são capazes de mostrar os efeitos que essa denominação “Outro” causam na representação social da mulher, pois é necessário considerar o cenário econômico e social ao qual ela se encontra inserida.

É portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana. (BEAUVOIR, 1980a, p. 57)

O campo da psicanálise também se mostra como um mecanismo importante para entender sobre esse processo de construção da mulher. Inicialmente, o ponto de vista psicanalítico irá dizer que o “complexo de castração”, que aborda a questão da confiança que a genitália masculina traz não é a mesma segurança trazida pela genitália feminina, e, a partir dessa oposição entre o corpo feminino e o corpo masculino, outras questões são desenvolvidas ao longo do processo de crescimento da criança.

Por conseguinte, a criação e o ambiente em que a menina está inserida influenciam diretamente na maneira como ela vai se enxergar durante o seu desenvolvimento como ser humano. Beauvoir (1980b, p. 28-29) discorre sobre a hierarquia dos sexos dentro de casa e como isso impacta o olhar familiar desta menina:

A hierarquia dos sexos manifesta-se a ela primeiramente na experiência familiar; compreende pouco a pouco que, se a autoridade do pai não é a que se faz sentir mais quotidianamente, é entretanto a mais soberana; reveste-se ainda de mais brilho pelo fato de não ser vulgarizada; mesmo se, na realidade, é a mulher que reina soberanamente em casa, tem ela, em geral, a habilidade de pôr à frente a vontade do pai; nos momentos importantes é em nome dele que ela exige, recompensa ou pune. A vida do pai é cercada de um prestígio misterioso: as horas que passa em casa, o cômodo em que trabalha, os objetos que o cercam, suas ocupações e manias têm um caráter sagrado. Ele é quem alimenta a família, é o responsável e o chefe. Habitualmente trabalha fora e é através dele que a casa se comunica com o resto do mundo: ele é a encarnação desse mundo aventureiro, imenso, difícil, maravilhoso; ele é a transcendência, ele é Deus 1.

Ademais, ao observar desde cedo a construção do sujeito pai dentro de casa, a menina começa a entender certos padrões e, somados à sua criação, eles contribuem para a manutenção do sistema patriarcal o qual encoraja o homem a perseguir desafios e, por consequência, encoraja a mulher a permanecer dentro de casa.

Além disso, a exigência feita sobre a parte feminina dentro dessa estrutura, tendo como respaldo o caráter biológico, faz com que a menina, desde cedo, participe ativamente das tarefas domésticas, aprenda a se comportar de maneira polida diante dos homens, além de reproduzir todos os ideais de feminilidade construídos socialmente. E como traço principal atrelado a essa feminilidade, já apontado anteriormente pela biologia neste texto, encontra-se a passividade feminina. Beauvoir (1980b, p. 21) afirma:

Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher "feminina" é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade.

Enquanto as mulheres estão destinadas à passividade, os homens, desde cedo, são destinados ao poder e à descoberta. Mulheres não possuem direito de descobrir sobre seus corpos, sobre suas vontades, sobre seus desejos. Já homens, desde cedo, são estimulados a sonhar alto, e seguir tais sonhos, se aventurar, tomar riscos e se conhecer. Se desde a infância mulheres fossem encorajadas a traçar seu próprio caminho, a luta por igualdade não seria tão árdua e lenta, uma vez que só se está no lugar que está hoje, porque as rédeas da educação feminina estão na mão daqueles que reproduzem essa educação machista.

E, é neste momento, que a menina já começa a se entender como o “Outro”, uma vez que, ao se fazer objeto, ela percebe que o controle sobre si depende muito mais do meio externo do que de si mesma, e “ao contrário, na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu ‘ser-outro’; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia” (BEAUVOIR, 1980b, p. 22).

Entretanto, do ponto de vista do materialismo histórico, a autora irá dizer que “a humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica” (BEAUVOIR, 1980a, p. 73), e é por isso que é importante relacionar esses três campos do conhecimento para entender a produção de sentidos provocada por esse “outro”.

Nos primórdios das civilizações, as propriedades privadas tinham como regra serem passadas de pai para filho. Consequentemente, esse costume implica hoje na questão da dependência financeira da mulher para com os membros familiares do sexo masculino, trazendo questões sobre o trabalho e sobre o casamento.

Até os dias atuais, o casamento é uma instituição que é designada como um dos aspectos mais importantes da vida da mulher. E, em um contexto histórico de uma sociedade antes da revolução industrial, o papel principal dessa mulher dentro do casamento era o de geradora. Portanto, ao se ver presa por conta dessa dependência, principalmente financeira, não sobravam escolhas para essa mulher.

Por conseguinte, a existência dessa mulher será em função do homem, garantindo que suas mãos estivessem livres para lutar enquanto, para o gênero feminino, restavam apenas tarefas domésticas. Ademais, a mulher nessa época não se via livre do homem, uma vez que, se ela não estivesse dentro do casamento, ela estaria obedecendo ordens do seu pai ou irmãos, mantendo a relação de dependência.

O casamento sempre se apresentou de maneira radicalmente diferente para o homem e para a mulher. Ambos os sexos são necessários um ao outro, mas essa necessidade nunca engendrou nenhuma reciprocidade; nunca as mulheres constituíram uma casta estabelecendo permutas e contratos em pé de igualdade com a casta masculina. Socialmente, o homem é um indivíduo autônomo e completo; ele é encarado antes de tudo como produtor e sua existência justifica-se pelo trabalho que fornece à coletividade. Vimos por que razões o papel de reprodutora e doméstica em que se confinou a mulher não lhe assegurou igual dignidade. (BEAUVOIR, 1980b, p. 166)

Quando a propriedade privada surge, o trabalho doméstico se torna secundário, a mulher tem a oportunidade de entrar para o mercado e, portanto, começar a ter independência financeira. Logo, essa reflexão proposta por Beauvoir é importante, pois, posteriormente, nota-se que é por meio da conquista de patrimônio financeiro que a mulher passa a iniciar a conquista do direito de ocupar outros lugares na sociedade e participar ativamente da economia.

Entretanto, como a sociedade foi construída de homens para homens, a busca por direitos foi, e ainda é, um caminho árduo e lento para as mulheres. Apenas depois do século XIX, com o renascimento italiano, é que as mulheres começam a tomar parte nos espaços que

antes eram negados a elas, como o da arte, da luta, da política e da própria cidadania. Além disso, os trabalhos destinados às mulheres continham baixa remuneração, fazendo com que essa conquista da independência fosse mais difícil do que comparado aos homens. Beauvoir (1980a, p. 141) ressalta:

É importante sublinhar que durante todo o Antigo Regime foram as mulheres das classes trabalhadores que conheceram maior independência como sexo. A mulher tinha o direito de possuir uma casa de comércio e todas as capacidades necessárias a um exercício autônomo de seu ofício. Participava da produção como fabricante de roupa branca, lavadeira, brunidora, revendedora etc; trabalhava em domicílio ou em pequenos negócios; sua independência material permitia-lhe grande liberdade de costumes: a mulher do povo pode sair, frequentar tavernas, dispor do corpo quase como um homem; é associada ao marido e sua igual. É no plano econômico e não no plano sexual que a mulher sofre a opressão.

Apenas com a libertação do proletariado é que, conseqüentemente, tem início a libertação da mulher. Apenas abandonando o sistema de dependência que nasce através da falta de emancipação financeira que a mulher consegue avançar mais um degrau na busca de seus direitos enquanto cidadã ativa econômica e socialmente. Em conjunto, outros processos importantes surgiram para garantir que a mulher fosse incluída socialmente como cidadã. O sufrágio feminino, possuindo porta-vozes durante a Revolução Francesa, permitiu que as mulheres iniciassem o processo de conquista da participação ativa no governo. O progresso, ainda que lento, fez com que hoje, na ONU, mulheres sejam reconhecidas como iguais aos homens.

Porém outro problema foi desenvolvido de maneira que a ascensão da mulher no mercado de trabalho fosse abreviada: a dupla jornada. As mulheres, agora trabalhando fora e dentro de casa, contavam com muito mais responsabilidade que os homens e, até hoje, isso é um dos motivos pelos quais mulheres se veem esgotadas dentro de um casamento. Beauvoir (1980a, p. 153) chama a atenção a esse respeito. Para ela,

Um dos problemas essenciais que se colocam a respeito da mulher é, já o vimos, a conciliação de seu papel de reprodutora com seu trabalho produtor. A razão profunda que, na origem da história, vota a mulher ao trabalho doméstico e a impede de participar da construção do mundo é sua escravização à função geradora.

Portanto, a história e toda essa trajetória dos sujeitos nas práticas sociais nos mostra os desafios que as mulheres enfrentam até hoje para serem dignas de direitos já dados há muito tempo para os homens. Além disso é, importante ressaltar que sua existência como “Outro”

influencia na existência de sua oposição, pois se a mulher é o “Outro”, ela é tudo aquilo que o homem não é.

Outro aspecto importante a ser tratado neste trabalho é a questão do controle sobre os corpos dessas mulheres no âmbito do mito da beleza. Beauvoir (1980a, 1980b) traz breves conceitos sobre a desmistificação desse mito. A autora afirma que, desde a infância, a menina já aprende os sentidos das palavras relacionadas às características físicas, e com a ideia de agradar, “ela procura assemelhar-se a uma imagem, fantasia-se, olha-se no espelho, compara-se às princesas e às fadas dos contos” (BEAUVOIR, 1980bp. 20).

Para ampliar essa discussão, Wolf (1992), escritora e jornalista estadunidense, aborda como o patriarcado e a indústria conseguiram, por meio de uma estereotipia de beleza, manipular e subjugar mulheres fazendo com que elas se tornassem escravas de uma padronização impossível de ser alcançada. O mito da beleza não tem nada a ver com as mulheres, mas sim com as instituições masculinas e o poder institucional dos homens (WOLF, 1992).

Com a revolução industrial e a inserção da mulher no mercado de trabalho, observou-se que, mesmo com a dupla jornada de trabalho, as mulheres desempenhavam o serviço igual ou melhor que os homens. E, para diminuir o avanço das conquistas femininas neste espaço, foi desenvolvida uma nova forma de subjugar-las, criando um novo parâmetro de competição: a aparência. De acordo com Wolf (1992, p. 12),

Durante a última década, as mulheres abriram uma brecha na estrutura do poder. Enquanto isso, cresceram em ritmo acelerado os distúrbios relacionados à alimentação, e a cirurgia plástica de natureza estética veio a se tornar uma das maiores especialidades médicas. Nos últimos cinco anos, as despesas com o consumo duplicaram, a pornografia se tornou o gênero de maior expressão, à frente dos discos e filmes convencionais somados, e trinta e três mil mulheres americanas afirmaram a pesquisadores que preferiam perder de cinco a sete quilos a alcançar qualquer outro objetivo. Um maior número de mulheres dispõe de mais dinheiro, poder, maior campo físico, podemos realmente estar em pior situação do que nossas avós não liberadas. Pesquisas recentes revelam com uniformidade que em meio à maioria das mulheres que trabalham, têm sucesso, são atraentes e controladas no mundo ocidental, existe uma subvida secreta que envenena nossa liberdade: imersa em conceitos de beleza, ela é um escuro filão de ódio a nós mesmas, obsessões com o físico, pânico de envelhecer e pavor de perder o controle.

Esse poder colocado sobre o feminino dá à sociedade o direito de controlar não apenas a aparência, mas também o comportamento, e essa domesticação da mulher continua sendo uma alternativa do patriarcado com intuito de diminuir esse avanço nos espaços ocupados predominantemente por homens. Portanto, “Uma ideologia que fizesse com que nos

sentíssemos valendo menos tornou-se urgente e necessária para se contrapor à forma pela qual o feminismo começava a fazer com que nos valorizássemos mais” (WOLF, 1992, p. 22).

E ao mesmo tempo que foi criado esse culto à beleza, o patriarcado criou junto a estereotipização da mulher, a qual possui apenas dois caminhos: possuir beleza, mas não possuir inteligência, ou possuir inteligência e não possuir beleza, como se ambas as características não pudessem pertencer à mesma pessoa. “É permitido às mulheres uma mente ou um corpo, mas não os dois ao mesmo tempo.” (WOLF, 1992, p. 78).

Com isso, estimulou-se mais um preconceito enfrentado pelas mulheres no mercado de trabalho, onde passaram a ser julgadas quando ganhavam uma promoção, sendo desmerecidas e insultadas de maneira misógina para justificar sua ascensão no cargo, descredibilizando seu intelecto e insinuando que sua aparência a ajudou a chegar até ali.

Logo, ao enxergar a beleza como uma forma de o homem manter sob controle o corpo da mulher e decidir seu valor sobre isso, a aparência feminina passou a ser controlada em todas as instâncias sociais, inclusive na política. No Brasil, vemos a necessidade do público masculino de julgar a competência, o comportamento, a aparência e a fala de mulheres independente de sua posição política. A objetificação da mulher e a posição do homem como seu dono no olhar social brasileiro faz com que a exposição dela no meio político permita que os homens a diminuam baseados em seus parâmetros que determinam o que é correto e o que é incorreto para o cargo ocupado.

Portanto, é importante dizer que esse tratamento não é o mesmo para com os políticos homens, que ainda detêm maior credibilidade e aceitação nesse espaço. A diferença entre a avaliação do público brasileiro sobre os ocupantes de cargos políticos mostra que a maneira a qual eles se apresentam para a população nada tem a ver com o nível de competência deles para tal cargo. A injustiça que as mulheres sofrem na política brasileira é fruto de uma sociedade patriarcal, machista e misógina.

#### **4.1 A trajetória feminina na política brasileira**

Para tratar sobre o assunto da mulher na política no Brasil, é necessário realizar um retrospecto de todo o processo que permite hoje que mulheres participem desse espaço, destacando aqui alguns momentos específicos dessa jornada. A historiadora Teresa Cristina de Novaes Marques publicou em 2018 o livro *O voto feminino no Brasil*, que discute a luta das mulheres para terem o direito ao voto, a existência delas como ser político e suas candidaturas para cargos públicos.

Ademais, a obra contextualiza este processo desde os ideais criados durante a Revolução Francesa (1789 - 1799) e como o sufrágio feminino foi recebido e idealizado no Brasil, uma vez que a língua francesa se configurava como segunda língua falada entre a elite do país e, portanto, havia a possibilidade de traduções de obras antes publicadas na França. Olympe de Gouges foi uma das principais ativistas pelo voto feminino durante a década de 1790 na França, sustentando que, além do voto, “as mulheres deveriam receber educação de qualidade de modo a poderem ser boas cidadãs” (MARQUES, 2018, p. 15). E, na mesma época, uma escritora inglesa chamada Mary Wollstonecraft publicou um livro rebatendo alguns ideais de filósofos franceses, também afirmando que a falta de educação política para as mulheres as impedia de ter um papel relevante no espectro social.

Devido à ausência de uma política educacional séria, poucas mulheres recebiam instrução suficiente para desenvolver um ofício remunerado que não envolvesse servir, limpar ou cuidar de alguém. No casamento, eram submetidas aos maridos, que, por se julgarem superiores em intelecto, tratavam-nas como crianças. Tal situação também tornava inviável a integração das mulheres na vida política, porque elas chegavam à vida adulta despreparadas para formar opinião própria acerca das questões públicas. (MARQUES, 2018, p. 20)

Em 1832, a professora Nísia Floresta traduziu o livro publicado por Mary Wollstonecraft, iniciando, portanto, o sufrágio feminino no Brasil. Inserida num contexto entre república e monarquia e possíveis decisões do poder legislativo, a professora se empenhava para se afirmar como educadora e escritora.

Posteriormente, outros nomes de mulheres envolvidas na educação mostram o esforço dessa classe para a inclusão feminina no direito ao voto, pois como a autora propõe, “cidadão” se torna um termo “masculino”, e ao estar aberto a interpretações, o patriarcado se vê no direito de utilizá-lo de uma maneira que não garanta o direito ao voto à população feminina. Portanto, apenas homens, integrantes de uma elite “cidadã”, possuíam esse direito.

E esse reconhecimento dentro da camada social também possibilitou a discussão sobre a educação dada às mulheres brasileiras. Ao refletir sobre esse fato, essas mulheres abriram escolas que permitiam a elas estudar para ampliar a gama de profissões às quais elas podiam exercer, o que possibilitou um avanço econômico e também intelectual, uma vez que ao ocuparem apenas trabalhos pouco valorizados ou domésticos, mulheres eram impedidas de serem incluídas no cenário político brasileiro.

Foi durante o início do governo Vargas que políticos brasileiros começaram a considerar a participação feminina nas eleições e também nos cargos políticos do país. Como exposto por Marques (2018, p. 105-106):

Sem saber direito o que pretendia o novo grupo que estava à frente do governo, as mulheres mantiveram-se como observadoras da cena política. Quando, porém, Vargas deu sinais de que pretendia reformular as leis eleitorais do país e promover eleições para o Legislativo, as feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e de outras entidades políticas compostas por mulheres procuraram conversar com o presidente para que, finalmente, o direito de votar fosse estendido às mulheres brasileiras.

Em 24 de fevereiro de 1932, o novo Código Eleitoral permite o voto feminino sem adendos específicos, pois anteriormente foi discutido se todas as mulheres teriam direito ao voto, ganhando, também, o direito de concorrerem às eleições e serem votadas. Assim, mulheres começaram a se candidatar e, com um número surpreendente de votos, a primeira deputada eleita foi a médica e professora Carlota Pereira de Queirós. Antes disso, outras mulheres obtiveram grande número de votos, porém não o suficiente para ocuparem o cargo.

Em contrapartida, outras mulheres que atuavam em frentes opostas à de Carlota também foram importantes para que o público feminino pudesse ocupar o espaço em que se encontram inseridas atualmente. Entre esses nomes, tem-se Bertha Lutz e Leolinda de Figueiredo Dalto, ambas da mesma posição política, mas com ideias diferentes de como prosseguir a luta feminista no Brasil, contribuindo, assim, para um debate enriquecedor de todas as partes.

Durante séculos, mulheres tiveram que esperar revoluções e mudanças no âmbito político para que pudessem lutar e conquistar participação ativa na instância social. Ao refletir sobre a desigualdade entre os gêneros masculino e feminino no que diz respeito às representações estabelecidas para ambos no âmbito social, especificamente, no âmbito político, percebe-se que as consequências de séculos de exclusão ainda são evidentes na vida pública da mulher atualmente.

Em 2020, apenas 12,32% dos cargos políticos eram ocupados por mulheres, sendo elas vítimas de incontáveis violências durante e após seus mandatos. Entre as principais formas de violência impostas a elas estão a difamação e a violência psicológica. Com base nesse aspecto, este trabalho se propõe a analisar comentários, postagens, imagens e outras manifestações discursivas de diferentes gêneros, veiculados em mídias digitais, com o intuito de investigar os efeitos de sentido que esse tratamento promove na vida das mulheres que integram o quadro político brasileiro.

## 5 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, foi realizada uma seleção de elementos imagéticos enquanto discursos e elementos textuais que permitissem a discussão sobre a representação social da mulher por meio da análise do objeto principal. Por conseguinte, este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica de base qualitativa, pois busca-se, por meio dos pressupostos teóricos escolhidos, a interpretação do objeto de pesquisa que consiste na seleção de imagens compostas por capa de revista, meme, comentários em redes sociais e fotografias que, ao todo, somam 10 elementos para a compreensão das condições impostas às mulheres que escolhem uma carreira política no Brasil.

Ademais, a escolha das imagens para compor os elementos de análise se deu por meio da pesquisa do conteúdo que se encaixava melhor com a proposta do trabalho, utilizando-se, então, de recursos de pesquisa como o Google e redes sociais, como o Facebook e Twitter, para encontrar o material necessário para compor as reflexões propostas. Assim, o conteúdo imagético selecionado buscou elucidar esse olhar social para com a mulher no cenário político.

E, para a realização desta análise, estabeleceu-se um quadro teórico composto, principalmente, por Pêcheux (2014, 2015), Orlandi (2007, 2009, 2017), Foucault (1972, 1999), Beauvoir (1980), Wolf (1992) e Marques (2018), buscando, por meio das reflexões propostas por esses autores, apresentar um embasamento que possibilite, através dos preceitos da Análise do Discurso, a discussão sobre o objeto principal deste trabalho.

Ao decorrer da análise, serão utilizadas imagens relacionadas às mulheres que atuam no cenário político brasileiro, como a ex-presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), a ex-primeira-dama Marcela Temer, a deputada federal Sâmia Bomfim do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a deputada federal Janaína Paschoal do Partido Social Liberal (PSL), a ex-vereadora Marielle Franco que compunha o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e a ex-deputada federal Manuela D'Ávila do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Portanto, conceitos como condição de produção, memória, silêncio, produção de sentidos, sujeito e ideologia serão utilizados para elucidar e definir os discursos que circulam para que o tratamento pejorativo dado às mulheres se perpetue.

## 6 A MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA

Para dar início ao processo de análise do *corpus*, elencou-se imagens relacionadas à ex-presidente Dilma Rousseff. Dilma Vana Rousseff é uma economista e foi eleita a primeira presidente mulher do Brasil. Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), a ex-presidente sofreu um processo de impeachment em 2016, devido à alegação de que ela havia cometido crime de responsabilidade relacionado à abertura de créditos suplementares sem a autorização do Congresso Nacional e às operações de crédito com instituições financeiras, ações denominadas “pedaladas fiscais”.

Durante o seu governo e principalmente durante o processo turbulento de impeachment, a ex-presidente sofreu uma série de ataques da mídia que questionava suas capacidades emocionais para lidar com o cargo político que ocupava. Assim, a capa da revista IstoÉ, publicada no dia 1º de abril de 2016, inflama esse discurso de histeria e falta de controle emocional disseminado contra Dilma Rousseff ao trazer uma imagem em que a, então presidente, parece gritar com alguém.

Figura 1 - Capa da revista IstoÉ na edição de 1º de abril de 2016.



Fonte: Revista IstoÉ (2016)

A imagem escolhida retrata a foto da ex-presidente Dilma na época dos trâmites relacionados ao seu impeachment em conjunto com uma frase que abre a chamada principal da revista: “as explosões nervosas da presidente”. A fotografia de Dilma faz com ela aparenta estar gritando e, ao relacionar a imagem à chamada principal, percebe-se o movimento da revista em trazer o elemento da histeria para associar à personalidade da ex-presidente.

Foucault (1999), nos estudos sobre a loucura, afirma que esta é parte constitutiva da razão, ou seja, ela pertence à razão e, sem a razão, não há loucura. Como elucidado na seção 3 deste trabalho, a histeria foi e ainda é uma característica associada principalmente ao gênero feminino. Na era clássica, a histeria era classificada como uma doença convulsiva, e essa doença delirante, tratada como uma variante da “loucura” fosse caracterizada como uma doença de espírito. “Muito frequentemente, a histeria foi entendida como o efeito de um calor interno que espalha através do corpo uma efervescência, uma ebulição ininterruptamente manifestada por convulsões e espasmos” (FOUCAULT, 1999, p. 310). Posteriormente, esse calor interno foi relacionado aos sentimentos de paixão validado pelas mulheres.

Assim, é importante perceber que o discurso médico propagado na época se perpetua até hoje por meio de afirmações que continuam a estereotipar o sexo feminino como o sexo frágil, louco, histérico e sensível. O enunciado “as explosões nervosas da presidente” evoca uma memória discursiva que remonta ao tratamento dado à histeria ao longo da história e mostra como o espaço da memória é um espaço móvel de deslocamentos e retomadas (ORLANDI, 2017).

Os efeitos de sentido promovidos pelo emprego da palavra “nervosa”, quando relacionada ao sujeito feminino construído em uma sociedade patriarcal, mostra que as palavras e sentimentos atribuídos às mulheres, baseado em anos de julgamentos, serve de respaldo para criticar suas posições de destaque no cenário político e sua capacidade para ocupar cargos nesse mesmo espaço. Beauvoir (1980a) ressalta essa diferença entre os sexos masculino e feminino quando menciona sobre a fraqueza da mulher relacionada ao homem, contando com exemplos físicos e emocionais, a fim de dar luz à ideia de que a vida da mulher é menos relevante e menos rica que a vida do homem.

A falta de incentivo e valorização da existência da mulher a coloca, em comparação com a existência do homem, em lugar de inferioridade. Como discutido por Beauvoir, o gênero feminino, ao longo da história, se constitui como o “Outro”, que existe por causa do gênero masculino e à mercê dele. Ao perpetuar essa desvalorização e afirmar que a vida dessa mulher

é menos válida que a do homem, episódios que permitem esse poder sobre o corpo feminino continuam latentes no âmbito social.

Ademais, outro aspecto interessante a se analisar para complementar os efeitos de sentido promovidos pela capa de revista é o texto que segue a chamada da matéria: “em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o país”. Nota-se na figura 1 que alguns elementos textuais estão destacados em amarelo como parte do texto que acompanha a chamada e o próprio nome da revista IstoÉ. Logo, tem-se aqui uma relação entre o posicionamento da revista para com a ex-presidente, reforçando o discurso sobre seu comportamento.

Ao alegar o suposto descontrole da presidente dentro do Palácio do Planalto, a revista afirma que Dilma perdeu as condições emocionais para conduzir o país. Infere-se, então, que o quadro psicológico da ex-presidente está estritamente ligado à sua capacidade profissional e, por se tratar de um sujeito do gênero feminino, que já sofre com a estereotipia da fragilidade e histeria, sua habilidade como governante é questionada.

Esse argumento dificilmente é proferido contra os políticos homens que ocupam a maioria das cadeiras públicas brasileiras, pois há um imaginário social comum que permite com que homens sejam levados mais a sério que mulheres e, portanto, possuam maior capacidade profissional.

Outro aspecto importante é a questão do uso da frase “fora de si” quando se pensa nos estudos feitos por Foucault (1972) sobre o louco fazer parte de um reservatório e este ser quebrado quando a mulher sai dos espaços determinados para ela durante sua trajetória, que seriam principalmente os limites de seu lar. Assim, quando é dito “fora” de algo, pode-se implicar aqui o fora do reservatório e, por consequência, a quebra da bolha quando a mulher se insere no cenário político e por essa inserção já é caracterizada previamente de adjetivos relacionados à histeria.

A escolha imagética da revista para estampar a capa em conjunto com as falas ditas acima escancaram o discurso misógino que perpassa séculos, desde os conceitos estudados de histeria durante a idade clássica por Foucault (1972), até as dificuldades enfrentadas pelas mulheres durante o processo de conquista de direitos políticos no Brasil abordadas por Marques (2018).

A memória discursiva social “é sempre reconstruída na enunciação” (ACHARD, 2015, p. 17) e os processos enunciativos carregam consigo construções ideológicas relacionadas a

esse posicionamento do sujeito. Ao refletir sobre o discurso misógino que existe na sociedade brasileira, inicia-se o entendimento sobre os processos os quais esse discurso se constrói. A vontade de verdade elucidada por Foucault (1999) se caracteriza como uma das ferramentas da exclusão, uma vez que o discurso “apoia-se sobre um suporte institucional” (p. 17), além de levantar questões de como esse discurso é aplicado socialmente. Assim, é interessante visualizar que as memórias reconstruídas nesse processo de enunciação fazem parte também de uma organização maior que propõe a misoginia como algo normalizado.

Para continuar a exemplificar os obstáculos que políticas no Brasil sofrem, é necessário compreender, também, os conceitos levantados por Orlandi (2007) quando se trata do silenciamento e do interdito, pois aquilo que foi dito leva consigo algo que não foi. Foucault (1999), ao introduzir a ideia de formação de discursiva, expõe a questão de que não se pode dizer tudo. A partir desse postulado, analisa-se a figura abaixo que mostra o tratamento dado ao corpo da ex-presidente Dilma, a permissividade quanto a fazê-la de objeto de riso, expondo seu corpo ao escárnio e a objetificação. Foca-se no jogo de explícitos/implícitos que perpassa imagem.

Figura 2 - Imagem da ex-presidente Dilma Rousseff como adesivo de carro.



Fonte: InfoMoney (2015)

A utilização de imagens e montagens da ex-presidente Dilma Rousseff para a propagação de adesivos colados estrategicamente no compartimento para colocar gasolina no carro, em que ela se encontra em uma posição considerada socialmente como degradante, mostra como a liberdade do uso da imagem de mulheres com intuito de humilhá-las e explorar seus corpos é normalizado na sociedade patriarcal brasileira. Como assevera Beauvoir (1980<sup>a</sup>,

p. 91), “a sociedade sempre foi masculina; o poder político sempre esteve nas mãos dos homens”.

A falta de poder da mulher sobre seu corpo permite que este seja utilizado como objeto, mesmo que as alegações daqueles que utilizam o adesivo sejam contra o trabalho exercido pela presidente na época. A mulher é representada como aquela que, no ato sexual, é dominada pelo homem. O sujeito construído ideologicamente como homem, brasileiro, indignado com o governo, ganha respaldo quando se sente no direito de atingir a liberdade de existir do outro, e nesse caso, o “Outro” mulher.

Os processos de silenciamento se dão na medida em que há a existência de um discurso opressor e um discurso oprimido, marcado pela tentativa de resistência. Na utilização da fotografia da presidente retratada em uma posição de submissão, além da coloração das vestimentas vermelhas que remetem ao sexual, os processos de apagamento da sua individualidade situam o silêncio como de fato aquilo que ele é, elucidativo. “O silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível deslumbrá-lo de modo fugaz. Ele escorre por entre a trama das falas” (ORLANDI, 2007, p. 32). Aqui observa-se como a falta de respeito e valor à vida da mulher se mostra quando seu corpo é tratado de maneira torpe, o que independe de sua permissão e vontade.

A objetificação de Dilma Rousseff segue dando base para a produção de mais conteúdos que comparam a aparência de mulheres e incitam uma competição no interior do espaço político, não pelas razões de competência e preferência política, mas pela atenção do homem sobre a aparência dela. Assim, o meme apresentado na figura 3 nos permite iniciar a discussão sobre a necessidade de se inserir a aparência física como caráter decisivo para o destaque da mulher em sua profissão.

Figura 3 - Meme feito com Michel Temer e sua esposa, Marcela Temer.



Fonte: Facebook (2016)

A figura 3 traz a imagem de Michel Temer, vice-presidente que passou a ocupar a presidência da república após o impeachment de Dilma Rousseff, em companhia de sua esposa, Marcela Temer. No meme, há a frase “só a nova primeira dama já justifica o impeachment”, fazendo referência ao impeachment da ex-presidente em 2016, que tornaria Marcela Temer primeira dama, pois Michel Temer, como vice-presidente, assumiria o cargo com o impedimento de Dilma.

Pêcheux (2014, p. 83-84)) afirma que “as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantém, necessariamente, entre si os ‘processos discursivos’, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes”. Logo, o embate de um discurso machista posto por aquele que produziu o meme, entrelaçado com a existência ideológica da mulher que ali está sendo ofendida, elucida as relações de poder atreladas ao discurso, uma vez que a sociedade insiste em perpetuar essa submissão da mulher para com o homem.

No dizer, há sempre um não-dizer necessário (ORLANDI, 2009) e, o posto “só a nova primeira-dama já justifica o impeachment” traz consigo um pressuposto que, comparando a beleza de Marcela Temer com a de Dilma Rousseff, a primeira é considerada mais atraente no olhar social. Esse não dito escancara mais uma vez a (re)produção discursiva misógina e a

presença dessa memória machista, pois insinua que essa seria uma razão plausível para tirar a então presidente do posto que ocupava.

Ademais, voltando ao aspecto do reservatório percorrido por Foucault (1972) e trabalhado nesta seção referente à figura 1, a figura 3 também traz elementos que ampliam as reflexões sobre Marcela Temer estar ocupando um espaço dentro do reservatório, enquanto Dilma sai deste espaço. O sujeito Marcela como primeira-dama implica uma produção de sentidos referente à submissão e à ocupação de uma posição que pertence ao sexo feminino, que seria ao lado – e em silêncio – do homem, sendo objeto de exposição. Contudo, Dilma produz incômodos quanto a sua posição uma vez que esta pertenceu ao sexo masculino durante toda a história da política no Brasil. Logo, o fato de uma mulher ocupar este lugar que, culturalmente, não lhe pertence, também gera reflexos no tratamento dado a sujeitos do gênero feminino que se inserem no cenário político brasileiro.

Para continuar as discussões sobre essa construção da mulher na política, é necessário, novamente, perceber que o discurso direcionado à mulher nesse meio é sempre posto de maneira que algo possa tirar sua credibilidade. Assim, é preciso exemplificar mais uma vez como a loucura está sempre presente no espaço simbólico instituído para a mulher.

A deputada do estado de São Paulo, Janaína Paschoal, filiada ao Partido Social Liberal (PSL) também tem sido alvo de uma série de ataques relacionado à sua sanidade mental. Mesmo que haja divergências políticas sobre aqueles que a atacam, sabe-se que, quando a referência é um sujeito do gênero feminino, o ataque não está atrelado à sua capacidade profissional, mas a seu estado emocional.

Orlandi (2009), ao estabelecer uma distinção entre paráfrase e polissemia, aponta a primeira como o retorno aos mesmos espaços do dizer. Segundo a autora, “produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que se tem é o deslocamento, ruptura de processos de significação.” (ORLANDI, 2009, p. 36). E essa discussão se amplia quando se volta aos conceitos propostos por Foucault (1999, p. 317) que dizem que “as noções de histeria e de hipocondria vão mudar de direção – e entrar definitivamente para o mundo da loucura”.

Esse paralelo entre paráfrase, polissemia e loucura atesta que a reprodução do discurso da histeria atribuída ao útero na Idade Clássica se mantém viva, hoje, reconstruído pela memória. Portanto, o fato de a histeria estar englobada na loucura, e este tipo de loucura ser atrelado à figura feminina, elucida os mecanismos de silenciamento que invalidam discursos como o da deputada do PSL.

Figura 4 - Comentário sobre Janaína Paschoal no Twitter.



Fonte: Twitter (2021)

Na figura 4, há um exemplo da discussão proposta sobre a loucura e a memória, uma vez que Janaína Paschoal vira manchete no Portal UOL Notícias ao comentar sobre o atual governo, pontuando que os filhos do presidente podem atrapalhar o mandato do presidente. Assim, um internauta responde à essa notícia dizendo que Janaína “oscila entre razão e loucura” e que esse momento de lucidez deve ser aproveitado. Sabe-se que as relações entre razão e loucura são interdependentes, pois ambas existem para se complementarem. Então, é interessante perceber as escolhas lexicais quando se trata de propor críticas à mulher, pois, analisando o comentário, a presença da ideia de loucura e histeria (re)produzida no discurso direcionado à deputada é um reflexo do imaginário social brasileiro.

Relacionando-se a outro aspecto elucidado nesta análise sobre esse imaginário social, as discussões sobre o mito da beleza e os caminhos percorridos pela mulher para alcançar os padrões impostos por uma indústria seletiva e patriarcal interessada na inferiorização feminina também perpassam os desafios enfrentados pela deputada federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Sâmia Bomfim.

Sâmia de Souza Bomfim é formada em Letras na Universidade de São Paulo e exerce o cargo de deputada, mas sua carreira política iniciou-se quando foi vereadora também pela cidade de São Paulo, entre os anos de 2016 e 2018. Ela se declara feminista e, por conseguinte, suas pautas políticas visam a equidade de gênero e projetos que auxiliam na caminhada da mulher na sociedade.

Entretanto, assim como Dilma Rousseff, Sâmia Bonfim também enfrenta na internet uma série de ataques relacionados à sua aparência física. Por não se encaixar nos padrões de peso estabelecidos pela sociedade brasileira, a deputada sofre um preconceito nominado gordofobia, que é a discriminação de pessoas gordas, julgando-as inferiores. O discurso gordofóbico se faz presente na sociedade principalmente no início dos processos de culto à beleza e, como Wolf (1992) evidencia, a aparência da mulher sempre será usada contra ela de maneira a prejudicá-la.

Logo, independentemente da idade, partido, conquistas, trajetória, a mulher será julgada a partir dos preceitos criados para diminuí-las enquanto sujeitos sociais. Pêcheux (2007, p. 46) discute sobre a memória dizendo que ela “vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.)”.

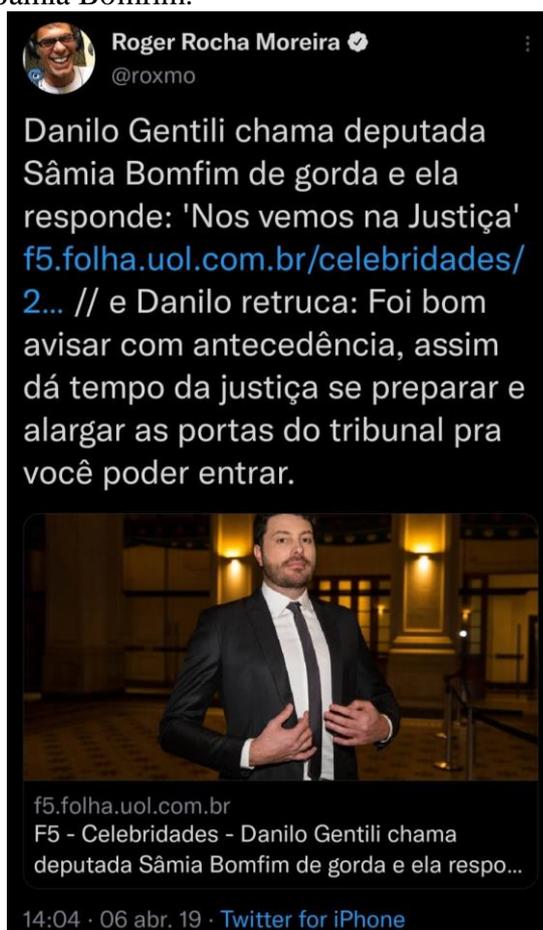
A memória evoca esses implícitos que rodeiam a conjuntura social e, ao enxergar essa necessidade de objetificação e julgamento do homem para com a mulher, percebe-se como essa liberdade está presente para qualquer sujeito hoje no cenário brasileiro. Um exemplo disso é o comentário a seguir feito pelo apresentador de televisão e humorista Danilo Gentili sobre o corpo de Sâmia Bomfim e, posteriormente, comentários de internautas que, deliberadamente, concordam com o humorista e continuam a depreciar a imagem da deputada.

Figura 5 - Tweet do apresentador Danilo Gentili sobre Sâmia Bomfim.



Fonte: Twitter (2021)

Figura 6 - Roger Rocha Moreira fala sobre a resposta de Danilo Gentili ao processo movido contra ele por Sâmia Bomfim.



Fonte: Twitter (2021)

A figura 5 traz um *tweet* do apresentador Danilo Gentili, realizado na rede social *Twitter*, contra a deputada Sâmia Bomfim. O *tweet* diz respeito a um comentário da então deputada sobre o desempenho do ministro da economia no Brasil, Paulo Guedes, utilizando a palavra “destemperado” para definir as ações promovidas pelo ministro. Essa palavra tem como significado ser desordenado, porém, num jogo semântico, Gentili relaciona a palavra usada por Sâmia a “tempero”, de modo a promover “humor” característico da atuação dele na mídia. O objetivo do apresentador foi associar a fala da deputada ao ato de preparo de alimentos, para então, poder comentar sobre sua aparência e, conseqüentemente, seu peso. O apresentador diz: “a mina é tão gorda que acha que até os ministros devem ser temperados”. O objetivo de Danilo Gentili era fazer humor com a imagem da deputada e utilizar a piada para julgar o corpo dela, mostrando mais uma vez a permissividade dada ao homem para julgar falas, comentários e ações de uma mulher.

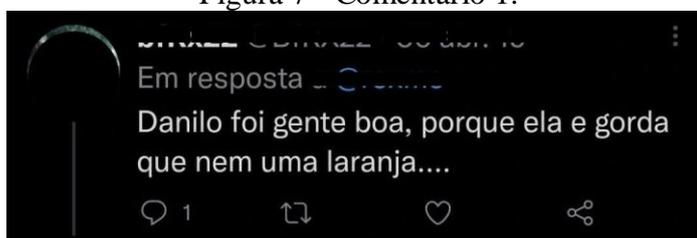
Na figura 6, Roger Rocha Moreira, músico que faz parte do programa de televisão apresentado por Danilo Gentili, comenta que Gentili chamou Bomfim de “gorda” e a resposta

da deputada foi “nos vemos na justiça”. É importante ressaltar que, nos últimos anos, vários processos foram abertos contra o apresentador por seus comentários ofensivos nas redes sociais e, com Sâmia, a atitude não foi diferente. Assim, mesmo buscando respaldo na justiça, a deputada ainda recebe uma resposta do apresentador com outra ofensa. Ele diz: “foi bom avisar com antecedência, assim dá tempo de a justiça se preparar e alargar as portas do tribunal pra você poder entrar”. Mais uma vez, o apresentador está perpetuando o discurso gordofóbico do qual ele fez uso desde o primeiro comentário direcionado à deputada. O dizer do apresentador expressa a sensação de liberdade perante a lei, de maneira que ele não se sente afetado com a ameaça judicial, mostrando essa dualidade entre o discurso do opressor e do oprimido.

Ao entender as posições aqui tomadas por ambos os sujeitos nesse processo discursivo, vê-se que o apresentador representa a classe masculina opressora que continua a disseminar preconceitos contra a classe feminina oprimida. Os arquétipos que ambos representam nesse embate nos mostram, mais amplamente, características das relações entre o homem e a mulher na sociedade brasileira atual. É possível, então, compreender essa construção social-discursiva da mulher dentro do cenário político no Brasil, uma vez que é nítido que seu corpo, sua vida e sua jornada são apagados a partir do momento que o homem decide subjugar-la.

Os comentários feitos por internautas sobre a publicação de Danilo Gentili com falas gordofóbicas contra a deputada mostram que esse tipo de discurso que afeta o Outro, nesse caso a mulher, é naturalizado. Ademais, é interessante notar o desencadeamento de novos enunciados presentes nesse campo discursivo relacionado ao corpo da deputada e, também, o endeusamento do autor das falas ofensivas.

Figura 7 - Comentário 1.



Fonte: Twitter (2021)

Figura 8 - Comentário 2.



Fonte: Twitter (2021)

O autor do comentário 1 na figura 7 diz que o apresentador ainda foi gentil com a deputada, pois ela é “gorda como uma laranja”. A palavra “gentileza” tem como significado uma ação nobre, amável, distinta. E, aqui, vê-se a utilização dessa palavra em um campo semântico oposto, pois o autor do comentário utiliza do termo, que é parte constitutiva do nome do apresentador, Gentili, para humilhar ainda mais a deputada Sâmia Bonfim. O comentário 2 (figura 8) traz *emojis* representando risadas e indaga se a deputada queria ser chamada de magra, já que ela é gorda. A questão sobre o autor do comentário é que não há necessidade nenhuma de chamá-la de qualquer coisa relacionada à sua aparência, uma vez que a posição dela ali era de alguém cobrando uma pessoa pública sobre as funções relacionadas ao ministério da economia.

As sequelas deixadas na sociedade a partir da permissividade dada ao homem sobre o corpo da mulher mostram que, enquanto pessoa pública, mulheres em cargos políticos reconhecidos são expostas a críticas não pelo trabalho que exercem, mas pela aparência delas.

Os corpos dos homens e das mulheres são comparados de forma a simbolizar para ambos os sexos a comparação entre as carreiras dos homens e das mulheres. Não se espera também dos homens que mantenham uma aparência profissional? Sem sombra de dúvida. Eles devem se inserir num certo padrão de boa apresentação, muitas vezes trajados num estilo uniforme e adequado ao contexto. No entanto, fingir que a existência de padrões para a aparência masculina significa que os dois sexos recebem tratamento igual é ignorar o fato de que na contratação, bem como na promoção, as aparências de homens e mulheres são avaliadas de forma diferente; e que o mito da beleza se estende para muito além das normas de vestuário, penetrando num outro campo. (WOLF, 1992, p. 62-63)

Naomi Wolf (1992) faz uma comparação entre o corpo masculino e o feminino, mostrando que o desafio de manter uma “boa aparência” é enfrentado majoritariamente por mulheres, pois os homens não têm, na história da humanidade, sua competência profissional validada pela sua aparência e, principalmente, pelo seu peso.

Na seção 2.2 deste trabalho, apresentou-se uma reflexão sobre a relação entre sujeito e ideologia. Logo, para continuar a análise das imagens apresentadas e dos acontecimentos a que elas remetem, é necessário olhar para o vocabulário chulo que se é usado para contrariar as falas e atos da mulher no cenário político brasileiro.

Os exemplos trazidos para realizar essa análise contam com mulheres de diferentes partidos políticos e vertentes políticas, com o intuito de mostrar o tratamento dado à mulher no cenário político brasileiro em virtude das funções exercidas por elas nesse espaço. Como exposto por Marques (2018), a trajetória da mulher na política contou com embates e proibições vindas de homens que já ocupavam os cargos e acreditavam que a mulher não pertencia a esse espaço. Ressalta-se também que a educação política das mulheres aconteceu de maneira tardia e, por consequência disso, elas demoraram para entender que se as mulheres existiam como força de trabalho, elas também poderiam exigir seus direitos como cidadãs ativas na economia.

Tendo em vista que o processo de conquista política feminina é recente e que apenas no século XX a mulher garantiu o direito ao voto, pode-se entender a recusa de uma sociedade patriarcal em permitir que essa mulher assuma uma representação neste cenário.

Iniciando as exemplificações sobre a falta de decoro quando se trata da mulher nessa posição pública, a figura 9 exhibe uma pichação feita sobre a pintura do rosto da ex-vereadora Marielle Franco, que foi assassinada em 14 de março de 2018.

Figura 9 - Pichação sobre a pintura do rosto de Marielle Franco em Minas Gerais.



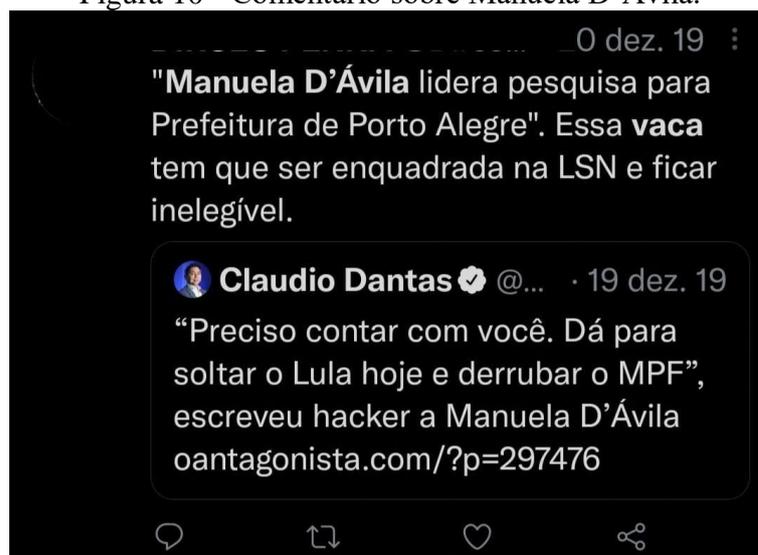
Fonte: Portal de Notícias G1 Ribeirão Preto e Franca (2020)

Marielle Franco da Silva foi uma socióloga eleita vereadora do Rio de Janeiro em 2017 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Seu assassinato foi executado brutalmente e, por conta das ações bárbaras cometidas contra ela, protestos e revoltas surgiram, dando visibilidade ao caso em grande parte do mundo todo, uma vez que o caso continua sem solução.

Entretanto, pessoas com posições políticas diferentes a da ex-vereadora costumam proferir falas que trazem o discurso de ódio disseminado contra ela. A figura 9 é um exemplo da falta de valorização da vida de Marielle, da sua trajetória na política e, também, do fato de ser uma mulher. A escolha da frase “foi tarde” e da palavra “vaca” exemplifica a falta de valorização da vida da mulher em detrimento de sua posição política, expondo mais uma vez esse processo de desumanização do Outro.

Ademais, essa comparação animalesca é muito presente nos espaços das redes sociais utilizados para comentar sobre as ações de outras mulheres integrantes da política brasileira que se encontram sob o olhar do público e é usada tanto por homens quanto por mulheres para se referirem a uma mulher. A mesma palavra “vaca” utilizada para xingar Marielle também foi utilizada para xingar outra política brasileira, Manuela D’Ávila.

Figura 10 - Comentário sobre Manuela D’Ávila.



Fonte: Twitter (2021)

Manuela D’Ávila é uma jornalista que foi deputada por São Paulo e Rio Grande do Sul durante sua carreira política. Filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Manuela D’Ávila se candidatou à vice-presidência na chapa de Fernando Haddad (PT) nas eleições presidenciais de 2018. Por integrar uma chapa considerada de esquerda, ela chegou a sofrer uma série de

ameaças, além de ter sua imagem violada com a disseminação de *fake news* durante toda a campanha presidencial.

Na figura 10, pode-se constatar a indignação do autor do comentário, utilizando novamente a palavra “vaca” para expressar a revolta com a candidatura da ex-deputada a outro cargo político. O autor diz que Manuela deve ser “enquadrada na LSN e ficar inelegível”, fazendo referência à Lei de Segurança Nacional, que é uma lei que garante a segurança do Estado. No início do comentário, ele diz que a ex-deputada lidera a pesquisa para a candidatura à prefeitura de Porto Alegre e, ao ser “enquadrada” pela LSN, ela ficaria inelegível e, portanto, sua candidatura seria impedida. Assim, as escolhas lexicais para tratar de mulheres na política apenas reforçam o que tem sido dito ao longo deste trabalho sobre o discurso machista presente nessa instância da sociedade brasileira.

A mulher que se apresenta num espaço público em uma função de relevância se situa, também, em um espaço onde é deliberadamente atacada, pois é como se ela não pertencesse àquele lugar. A violência sofrida por ela ao escolher a vida política como profissão é uma consequência da falta de valorização de sua capacidade e de sua própria existência. Quando uma mulher “invade” um espaço predominantemente masculino, ela passa a ser alvo de atitudes machistas, misóginas e de diminuição de sua capacidade intelectual.

Em um estado democrático de direito, as divergências políticas normais que todas as pessoas têm com determinados partidos e determinados políticos não deve dar respaldo para que os discursos reproduzidos conttenham fortes traços do machismo presente na sociedade brasileira. As escolhas de vocabulário feitas pelos enunciadores dos textos analisados neste trabalho buscam mostrar que a quantidade de obstáculos para exercer o seu posto na política é muito maior quando se tem uma sociedade que não apoia o direito da mulher de estar inserida naquele espaço.

## 7 CONCLUSÃO

O percurso realizado neste trabalho permitiu, respaldado pelos conceitos teóricos propostos pela Análise do Discurso (AD) de vertente materialista, elucidar a discussão sobre o tratamento dado às mulheres que integram o cenário político brasileiro. Dessa maneira, no desenvolvimento do referencial teórico utilizado, os preceitos relacionados ao discurso, como a memória discursiva, os ideais de sujeito e a ideologia, além da produção de sentidos de um determinado dizer, certificaram que a análise do objeto neste trabalho fosse feita de modo a integrar a natureza bibliográfica desta pesquisa.

Durante as discussões sobre o papel da mulher na sociedade foi possível perceber os obstáculos enfrentados pelo sexo feminino que vão desde as influências na sua criação até às consequências sofridas ao ocuparem espaços majoritariamente masculinos. Logo, com o espaço político, não seria diferente. Assim, ao trazer os estudos propostos por Marques (2018) sobre a trajetória política feminina no Brasil, ficou claro que o cenário político brasileiro se construiu sendo totalmente direcionado aos homens, fazendo com que a inserção da mulher neste espaço fosse derivada de lutas e reivindicações, além de investimentos em educação política para a ampliação da consciência social desta mulher.

Com o objetivo principal de análise do objeto de pesquisa que se constitui de elementos compostos por imagens de capa de revista, memes, fotografias e comentários em redes sociais, o trabalho caminhou para a conclusão de que as dificuldades apresentadas durante o percurso da análise mostram que o tratamento dado à mulher neste cenário inclui ações de silenciamento e de subjugação, com base numa memória discursiva misógina que permite que essa desigualdade entre os sexos continue nos dias atuais.

Os conceitos de loucura e histeria abordados durante o referencial teórico e a análise também permitem entender de onde os discursos sobre as capacidades emocionais das mulheres surgem, ampliando esse panorama sobre a (re)produção de dizeres atrelando à histeria ao sexo feminino. E, adicionado ao material exposto pelo objeto, o conceito de loucura, quando se trata da mulher em um cargo político no Brasil, caminha para o julgamento da inteligência e profissionalismo desta mulher.

Logo, o papel do Outro discutido por Beauvoir (1980) durante este trabalho elucidada que a falta de privilégio em comparação com o sexo masculino trava as relações de equidade de gênero que poderiam estar avançando na sociedade. E, mesmo que hoje a discussão sobre essa igualdade esteja muito mais presente, ainda é necessário refletir sobre o papel do homem em dismantelar os discursos patriarcais que perpassam os sujeitos inseridos nesse meio.

Ao direcionar os xingamentos de “louca”, “histérica”, “gorda”, “vaca”, para as mulheres que ocupam essa atenção pública, mostra-se essa desumanização do ser humano mulher e a redução a palavras que silenciam toda a sua trajetória de vida, não apenas política. Essa falta de incentivo para com elas também é reflexo dos ambientes hostis criados por meio da relação entre o discurso do opressor e o discurso do oprimido.

Portanto, este trabalho buscou refletir sobre as motivações relacionadas ao tratamento dado à essas mulheres inseridas no cenário político brasileiro, por meio da análise do corpus que contou com diferentes exemplos que, assegurados pelos conceitos da AD, mostram que a construção discursiva dessa mulher neste espaço ainda conta com a presença do discurso machista, misógino e patriarcal (re)produzido durante séculos de discriminação, fazendo com que a jornada política feminina ainda esteja longe de se igualar à jornada política masculina.

## REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. et al. (Org.) **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2015.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980a.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980b.
- BRASIL. Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos. **Governo comemora aumento da representatividade feminina na política**. Brasília, 2021.
- Dilma terá direito de resposta na revista IstoÉ por publicações ofensivas. **Migalhas**, 2016. Disponível em: < <https://www.migalhas.com.br/quentes/243247/dilma-tera-direito-de-resposta-na-revista-istoe-por-publicacoes-ofensivas> >. Acesso em: 6 out. 2021.
- FOUCAULT, M. **A história da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5ed. Tradução Laura Fraga A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1999.
- GADET, F; HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso: a introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethheania S. Mariani (et al.). Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- Grafite com rosto de Marielle Franco é pichado com xingamentos em Ribeirão Preto. **Portal G1 Ribeirão Preto e Franca**, 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2020/05/20/grafite-com-rosto-de-marielle-franco-e-pichado-com-xingamentos-em-ribeirao-preto.ghtml> >. Acesso em: 6 out. 2021.
- MARQUES, T.C.N. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Editora Pontes, 2009.
- ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2017.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2015.

Quem foi Marielle Franco? Conheça a sua história. **Polítize!**, 2020. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/quem-foi-marielle-franco/> >. Acesso em: 6 out. 2021.

RODRIGUES, S. Precisamos falar de gordofobia. **Hospital Alemão Oswaldo Cruz**, São Paulo, 2018. Notícias. Disponível em: < <https://www.hospitaloswaldocruz.org.br/imprensa/noticias/precisamos-falar-de-gordofobia/> >. Acesso em: 7 out. 2021.

SALOMÃO, T. Adesivo com Dilma sendo “penetrada” por bomba levanta a questão: isso é protesto?. **Infomoney**, 2015. Blog da Redação. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/blog-da-redacao/adesivo-com-dilma-sendo-penetrada-por-bomba-levanta-a-questao-isso-e-protesto/> >. Acesso em: 6 out. 2021.

VÔLEI, L. Artigo: por mais mulheres na política. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 mar. 2020. Opinião. Disponível em: < [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/03/08/internas\\_opiniao,832829/artigo-por-mais-mulheres-na-politica.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/03/08/internas_opiniao,832829/artigo-por-mais-mulheres-na-politica.shtml) >. Acesso em: 07 out. 2021.

WOLF, N. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Tradução de Waldea Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.